



Das tradições à academia: um estudo bibliográfico sobre narrativas indígenas

De las tradiciones a la academia: un estudio bibliográfico sobre narrativas indígenas

Bárbara Freitas do Nascimento
Ana Maria Bueno Accorsi
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Osório-Brasil

Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo foco são as narrativas orais dos Povos Indígenas Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul (RS). Com uma abordagem qualitativa e bibliográfica, esta investigação concentrou-se na análise de nove artigos selecionados a partir da plataforma Scielo, considerando um recorte temporal de dez anos. Os resultados evidenciaram a necessidade de valorizar e integrar as vozes originárias nas produções acadêmicas, promovendo o respeito às suas tradições e direitos. Este trabalho reforça a relevância de revisões teóricas que articulam os saberes indígenas e os Direitos Humanos, contribuindo para o fortalecimento de perspectivas que combatam preconceitos e ampliem o entendimento sobre a diversidade cultural de nosso País.

Palavras-chave: Indígenas; Narrativas; Direitos Humanos.

Resumen

Este trabajo forma parte de una investigación de maestría en curso, cuyo enfoque son las narrativas orales de los Pueblos Indígenas Mbyá-guaraní de Río Grande del Sur (RS). Con un enfoque cualitativo y bibliográfico, esta investigación se centró en el análisis de nueve artículos seleccionados de la plataforma Scielo, considerando un marco temporal de diez años. Los resultados destacaron la necesidad de valorar e integrar las voces indígenas en las producciones académicas, promoviendo el respeto a sus tradiciones y derechos. Este estudio refuerza la relevancia de las revisiones teóricas que articulan los conocimientos indígenas y los Derechos Humanos, contribuyendo al fortalecimiento de perspectivas que combatan prejuicios y amplíen la comprensión de la diversidad cultural de Brasil.

Palabras-clave: Pueblos Indígenas; Narrativas; Derechos humanos.

Introdução

Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado que está em andamento sobre as narrativas orais dos Povos Indígenas Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul (RS). Buscou-se construir uma revisão da bibliografia teórica sobre narrativas indígenas e Direitos Humanos, por meio de um recorte de nove artigos científicos dos últimos dez anos. A bibliografia foi selecionada cuidadosamente e a coleta de dados foi realizada de modo minucioso, analisando com rigor cada artigo.

Em 1948, o Brasil foi signatário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela ONU, no entanto, as concepções da declaração só foram incorporadas na Constituição Brasileira de 1988. E, embora a fruição da cultura já fosse reconhecida como um direito humano desde 1948, o direito à terra e ao uso da língua materna pelos Povos Originários, elementos essenciais para sua existência e resistência, só foram oficialmente assegurados na Constituição Cidadã da década de 1980. Porém, a linguagem é fundamental por diminuir o preconceito, ampliar o diálogo entre diferentes culturas, permitir a construção de narrativas originárias representativas sensíveis às identidades e realidades singulares.

Além disso, embora os Povos Indígenas sejam caracterizados como uma sociedade oral, não significa que não possuam meios de registro, e a sociedade ocidental colonial é tão exigente quanto a escrita letrada que cria comparações. Esse processo de inferiorização da cultura oral não é uma consequência natural de uma sociedade ocidental letrada, mas sim um projeto colonial deliberado, voltado para o extermínio tanto material quanto imaterial dessas culturas. Para Leda Maria Martins, intelectual e professora afro-brasileira,

esse tipo de raciocínio excludente deve-se em muito à falsa dicotomia entre a oralidade e a escrita, enfatizada pelo Ocidente, que prioriza a linguagem discursiva escrita como modo exclusivo e privilegiado de postulação e expansão do conhecimento (Martins, 2021, p. 32).

Contudo, é necessário pensar que os Povos Ancestrais possuem outros tipos de registro, como o desenho e a função mnemônica. “Nas culturas predominantemente orais e gestuais, como as africanas e as indígenas, o corpo é, por excelência, local e ambiente da memória” (Martins, 2021, p. 89). Para Kaká Werá Jecupé, escritor e educador, reconhecido por sua atuação na valorização da cultura e espiritualidade dos Povos Originários,

a memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar por meio da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. A memória cultural também se dá por grafia-desenho, maneira de guardar a síntese do ensinamento, que consiste em escrever símbolos, traços, formas e deixar registrado no barro, no trançado de uma folha de palmeira transformado em cestaria, na parede e até no corpo, por exemplo em pinturas feitas com jenipapo e urucum (Jecupé, 2020, p. 33).

Atualmente, o movimento da escrita indígena vem se fortalecendo e tomando uma maior visibilidade na sociedade juruá (não indígena), e os autores, intelectuais originários, protagonizam suas Históriasⁱ bem como a de seus povos. Nesse aspecto, é preciso reforçar: nunca mais sobre eles sem eles, pois o protagonismo da escrita indígena fortalece a representatividade e assegura a autonomia das narrativas. Essencialmente, os indígenas preservam sua oralidade através de cantos, rezas e contações de Histórias, para Leda Maria Martins (2021), no contexto da tradição que preserva a palavra ancestral e da transmissão que a reinscreve ritualmente no presente, a palavra se manifesta como sopro, dicção e acontecimento, assumindo um caráter performático e indicando sabedoria. Entretanto, na sociedade atual foi necessário que os Povos Indígenas se aculturassem a partir da escrita letrada.

É importante dizer que, geralmente, as Histórias que se veem nos livros infanto juvenis escritos por indígenas não contam as Histórias Sagradas, porque estas não são para serem disseminadas para o não indígenas.

Essas histórias revelam o jeito de o povo indígena contar sua origem, a origem do mundo, dos cosmos, e mostra como funciona o pensamento nativo, [...] para o povo indígena é um jeito de narrar outras realidades ou contrapartes do mundo em que vivemos (Jecupé, 2020, p. 71).

Essas histórias, transmitidas oralmente ao longo das gerações nas Terras Indígenas, não são apresentadas aos juruás. O que lhes chega, na verdade, são versões adaptadas ao olhar ocidentalizado do homem branco.

Metodologia

A rigor, este trabalho é de abordagem qualitativa, pois:

[...]responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. o Universo

da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos [...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados (Minayo, 2016, p. 20-21).

É, também, de procedimento bibliográfico, já que “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (Gil, 2010, p. 29). Considera-se importante, justificar e exemplificar como ocorreu o mapeamento e escolhas da revisão bibliográfica.

As buscas foram realizadas na plataforma *Scielo* com o objetivo de identificar artigos acadêmicos relevantes que apresentavam narrativas orais dos Povos Indígenas.

Os termos de busca utilizados foram: literatura oral, tradição oral, oralitura e indígena. Com intuito de selecionar pesquisas mais recentes, adotou-se um recorte temporal de 2018 a 2023. Além disso, utilizou-se como critério a seleção de publicações que contam com pelo menos um/a pesquisador/a com titulação de doutor/a. A partir do conjunto de pesquisas acerca do tema, foram selecionados nove artigos que compõem o presente estudo.

Os artigos selecionados foram lidos e analisados cuidadosamente, e os resultados obtidos a partir dessa análise são apresentados em formato de texto nas seções a seguir.

Sobre os estudos selecionados

Nessa seção são apresentadas às nove pesquisas/artigos selecionadas em ordem cronológica, a saber: “Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa” (2018); “A minoridade literária em Olívio Jekupé” (2018); “As histórias de Murué Suruí e Kudã’í Tembê: traduções e temporalidades” (2018); “Para além do oral e do escrito: o caso das reescritas Koitiria” (2019); “O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei 11.645/2008”(2019); “A literatura do Povo Baniwa na tradição oral” (2020); “Literaturas indígenas, etnotexto y oralituras: um corpus en constante redefinición” (2020); “Oralidad y escritura indígenas. Otros rumbos para su investigación” (2022); “Resistir na língua: a literatura indígena contra o silenciamento monolíngue” (2022).

O primeiro artigo intitula-se “Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos baniwa”, de autoria de Gabriel Albuquerque e Luiza Garnelo, publicado na revista

Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (DF) em 2018. A partir da história oral, os autores coletaram duas narrativas míticas da etnia indígena Baniwa da Amazônia: a) Origem de Bacaba-Poço e cabeçudos e b) Hiwidamitti e origem dos peixes. O estudo objetivou interpretar duas narrativas contadas por dois participantes indígenas, Alberto Lourenço e Valentim Paiva.

Os mitos de origem são analisados a partir dos teóricos Strauss (1978); Curtius (1996); Castro (1996); Descola (2001); Vernant (2005) e versões alternativas das narrativas míticas. Para Albuquerque e Garnelo (2018, p. 133):

essas variantes deixam claro que há diversos modos de narrar para os Baniwa, considerando que as versões podem ser alongadas ou breves, mais ou menos explicativas. E podem ainda revelar o estilo do contador, conforme este se dedique a detalhar as descrições ou deixe que o ouvinte/leitor complete sentidos e interprete símbolos.

Desse modo, os pesquisadores entenderam os mitos Baniwa como ágrafos porque são “a literatura em estado puro, antes da imprensa, antes do papel, antes da escrita, antes da leitura” (Albuquerque; Garnelo, 2018, p. 131). Os mitos analisados versam sobre a organização do mundo que os rodeiam, bem como suas regras de convivência e a intersecção entre mundo humano e místico.

Albuquerque e Garnelo (2018, p. 143) evidenciaram que “as narrativas míticas têm, enfim, uma função múltipla na pretensão de preservar os conhecimentos tradicionais e o idioma em que foram criadas”, e

se considerarmos os mitos aqui apresentados como matéria preservada na oralidade e vertida para a escrita, temos o registro de um conhecimento milenar que se abre para diferentes interpretações (Albuquerque; Garnelo, 2018, p. 143).

O estudo de Albuquerque e Garnelo discorre sobre as narrativas orais dos Povos Indígenas Baniwa, bem como, sobre o significado e a função de suas tradições provenientes da oralidade. Entende-se que o trabalho dos pesquisadores é importante para conhecer a oralidade de diferentes etnias indígenas.

O artigo, “A minoridade literária em Olívio Jekupé” (2018), de Francis Mary Soares Correia da Rosa, é oriundo da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Tekoá: a literatura indígena e suas linhas de fuga” (Rosa, 2016), cujo artigo está publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (DF).

A partir da pesquisa bibliográfica, Rosa traz à discussão as narrativas literárias de Jekupé e como essas podem ser estudadas e analisadas por meio dos conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre uma minoridade literária.

O estudo de Rosa evidenciou que:

[...] para existir como indígena em mundo que deslegitima social, política e culturalmente sua existência, é preciso virar onça. A literatura indígena de Olívio Jekupé, entendida enquanto minoridade literária, coloca-se enquanto deslocamento e movimento desterritorializante da própria configuração de discursos que homogeneizam os indígenas, a unidade linguística, o discurso histórico e as representações de mundo. Talvez seja essa a experimentação mais necessária da literatura indígena contemporânea: colocar-se como fora, como escrita fugidia e nômade ao universo da representação. Escrita como devir revolucionário, como afirmação do desejo e potência de criação. Criar para existir, criar para resistir a todas as formas de morte: étnica, linguística, mnemônica, física. Criar para desarticular a todos os processos homogeneizadores e totalizantes que buscam uma imagem promovida como universal e promover o rompimento com um estado “tranquilo” e adormecido das coisas (Rosa, 2018, p. 323-324).

Rosa discute as literaturas indígenas como uma literatura “menor”, e isso não quer dizer que sejam artes literárias inferiores, mas que encontram sua grandeza na minoria. Para a autora, mesmo o fato da língua indígena ser falada por poucos em comparação com a língua portuguesa, ela se fortalece ao resistir e existir em meio a uma língua “maior”.

Dessa forma, o estudo de Rosa reforça a importância da História Indígena ser um espaço de resistência, no qual a escrita se torna um ato político. Ao adotar o conceito de “minoridade literária”, a pesquisa evidencia como as narrativas de Jekupé rompem com discursos homogenizantes e reafirmam a identidade indígena em meio a um cenário de apagamento histórico e cultural.

O artigo, “As histórias de Muruê Suruí e Kudã’í Tembê: traduções e temporalidades”, tem como autoria Ivânia dos Santos Neves e foi publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (DF) em 2018. O estudo objetiva analisar duas Histórias orais indígenas narradas por mulheres Suruí-Aikewara e Tembê-Tenetehara, a saber: a) “Tapirapé, o caminho da Anta/Sororó, sudeste do estado do Pará” e b) “O nascimento de Zahy/Alto Rio Guamá, nordeste do estado do Pará” (Neves, 2018).

Para análise da primeira narrativa o estudo conta com teóricos, como Michel Foucault, Ivânia dos Santos Neves e Thomas King, a partir dos conceitos de autoria, memória tupi e interfusional/associativa. Ademais, para análise da segunda narrativa, a

autora adotou o conceito de cronotopo de Mikhail Bakhtin, juntamente, com os conceitos de oralidade, escrita e audiovisual dos teóricos Martín-Barbero e Paul Zumthor.

O estudo de Neves demarca o que é literatura indígena: aquela que é de autoria e protagonismo, contada e/ou escrita pelos próprios Povos Originários. Nas palavras da autora:

em relação à literatura indígena, desde o início da colonização, a autoria dos textos europeus passou a se impor a partir de um binarismo ideológico: por um lado, as nações europeias com suas línguas nacionais, Camões, Cervantes, os jesuítas; por outro, o folclore anônimo do índio genérico, selvagem e primitivo (Neves, 2018, p. 156).

Também é necessário ressaltar que:

[...] diferentemente da literatura oral, que atravessou os séculos como tradução das cosmologias indígenas, resistindo às práticas coloniais, a literatura indígena escrita em línguas nativas, com todas as suas implicações políticas, ainda é recente (Neves, 2018, p. 154).

Nesse sentido, “aceitar uma escritora indígena implicava em desestruturar o arrumado discurso de que os Povos Indígenas são ‘ágrafos’” (Neves, 2018, p. 158). Além disso, Neves destaca a dificuldade de Murué Suruí, uma das autoras presentes no artigo, de ser reconhecida como escritora indígena. Sua literatura era contestada por “alguns professores universitários e da educação básica, assim como jornalistas pouco à vontade com sua condição de mulher indígena, [que] tentaram desautorizá-la como escritora” (Neves, 2018, p. 158).

Ademais, o estudo de Neves (2018, p. 171) evidencia que:

a palavra masculina, mesmo entre os povos indígenas, sempre foi mais autorizada e não chegamos a essas produções literárias em processos homogêneos, tampouco pacíficos. Houve e há resistência tanto nas terras indígenas, como fora delas para aceitar a palavra dessas mulheres. [...] Arihera Suruí e Verônica Tembé, já falecida, viveram ativamente o momento de demarcação das terras indígenas, e a condição de avó e de mulher mais velha dessas duas narradoras constitui-se também com essa luta. As duas foram pessoas fundamentais para a manutenção de suas línguas tradicionais, sobretudo porque mantiveram vivas as narrativas de seus antepassados e afetaram as gerações futuras.

Este artigo traz inquietações sobre o estranhamento que as mulheres indígenas causam ao serem narradoras de histórias, já que geralmente é o homem quem tem a fala autorizada; porém, é necessário destacar o potencial étnico das narrativas dessas autoras.

Além de acenar para o protagonismo das contadoras, Neves destaca a importância destas mulheres para a manutenção e valorização de sua cultura.

O artigo intitulado “Para além do oral e do escrito: o caso das reescritas Koitiria” (2019), de Patrick Rezende, está publicado na revista *Cadernos de Tradução* (SC). Por meio dos teóricos Austin (1990); Alcantara (2000); Munduruku (2006); Derrida (2011) e Grupioni (2019), o autor analisou a *Série Kotiria*, coleção de quatro livros que reescreve as narrativas da etnia indígena Koitiria (Alto do Rio Negro). O estudo objetiva “discutir as relações entre oralidade, escrita e reescritas indígenas, considerando o contexto colonial” (Rezende, 2019, p. 148).

Para o autor, adjetivar os indígenas como ágrafos é pejorativo, pois durante o estudo, imediatamente, se distancia da ideia de que os Povos Originários apenas conheceram o código escrito com a chegada das ideias coloniais e com a invasão dos europeus. Em contrapartida, o autor defende o sistema mnemônico na qual as tradições orais operam, sendo assim,

[...] para as sociedades de oralidade há outras formas de escritura além da escrita alfabética, e que suas memórias são constituídas por meio de variadas formas de linguagem, superando, de tal modo, a dicotomia escrita versus fala (Rezende, 2019, p. 159).

Além disso, o estudo evidenciou:

[...] que as sociedades de oralidade têm aberto, por meio de suas reescritas, caminhos nos contextos pós-coloniais para a produção de sentido, a partir de suas próprias perspectivas; indubitavelmente sobredeterminadas por todas as questões históricas, sociais, culturais e econômicas. Além disso, é importante pontuar que as reescritas, por meio dos diferentes processos de tradução, têm visibilizado povos e línguas que sempre estiveram às margens do discurso [...] (Rezende, 2019, p. 167).

Inesperadamente, este artigo trouxe novos entendimentos sobre a História das narrativas indígenas e sobre a relação escrita *versus* oralidade. O estudo de Rezende carrega consigo um lembrete: é necessário que nós, juruás, não esqueçamos que as narrativas desses povos, marcadas pela tradição oral, não são inferiores aos cânones literários baseados na escrita.

O artigo, “O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei 11.645/2008” (2019), publicado na *Revista Cedes* (SP), foi escrito por Edson Dorneles de Andrade (Edson Krenak). A partir de

uma pesquisa de campo etnográfica no interior de São Paulo, Andrade criou junto de Daniel Munduruku a caravana Mekukradjá (transmissão de saberes) com o objetivo de disseminar obras indígenas para a população brasileira.

Além de propiciar contato entre indígenas e não indígenas, a caravana Mekukradjá proporcionou diálogos entre os Povos Originários. Além disso, recriou e propôs diferentes roupagens às narrativas, através de “citações e transcrições de conversas [...], como anotações de conversas e conferências, contextos formais e informais, caderno de campo e textos desconhecidos dos autores” (Andrade, 2019, p. 343).

Em contraste, o intelectual também utilizou metodologias indígenas para análises a partir de suas experiências,

[...] os três pontos cruciais das “metodologias indígenas”, ou seja, nossas maneiras “de ser, de saber e de fazer”, funcionam como um tripé, um sustentáculo do movimento indígena, de sua produção cultural (conhecimento tradicional) e científica (tradução do conhecimento cultural) (Andrade, 2019, p. 325).

Para Andrade (2019), assim como existem muitos Povos Indígenas, existem muitos métodos indígenas. Os métodos dos Povos Originários contribuem e oferecem uma visão específica de perceber essa cultura, afinal:

para os indígenas, coletar, colher, plantar, pescar, caçar e até mesmo conversar são ações de um estado de ser, ser-parte do todo. As literaturas que escrevemos, as narrativas que contamos, as histórias que cantamos revelam não apenas nossas ideias, mas também nossos seres, nossa identidade, nossa relação com o mundo (Andrade, 2019, p. 325).

Nesse sentido, os povos retomam as suas Histórias ao se tornarem protagonistas da lei 11.645/2008. A fundamentação teórica desse artigo constituiu-se através dos intelectuais Edward Said, Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, Ellen Desmet e Belinda Bozzoli.

Andrade, propõe caminhos para pensar:

a experiência de contar histórias nas escolas [como] uma oportunidade de trazer ou transportar as crianças e professores a um lugar de não conflito, um lugar onde perspectivas sobre a natureza e a cultura convivem numa relação de respeito. [...] A contação de histórias indígenas é uma poderosa ferramenta que nos conecta com a múltipla teia da vida: com nossos ancestrais e culturas, preservando nossa identidade [...]. Além disso, e em consequência disso, a contação de histórias tem um poder de cura e reconciliação. Estarmos juntos, contando histórias, nos

transforma em uma comunidade, em uma aldeia, nos unifica [...] (Andrade, 2019, p. 349-350).

Desse modo, destaca-se a importância de aprender com e escutar os Povos Originários, tendo em vista a necessidade de aprofundar nossas perspectivas culturais. A literatura dos Povos Indígenas não é entretenimento. Essas narrativas visam afirmar e difundir conhecimentos milenares para os jovens. Reitera-se o direito ao conhecimento de toda a literatura, em específico, para valorizar os Povos Indígenas. A arte literária tem o poder de nos unir e criar empatia, desta forma, nos tornar humanos.

O artigo, “A literatura do Povo Baniwa na tradição oral”, publicado em 2020 na *Revista Eletrônica de Educação* (SP), foi escrito por Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano, Hellen Cristina Picanço Simas e Jefferson Gil da Rocha Silva. Metodologicamente, uma das autoras iniciou a pesquisa de campo na graduação coletando histórias ancestrais do povo Baniwa, em conjunto com acadêmicos indígenas manauaras e, no mestrado, continuou seus estudos através da pesquisa bibliográfica sobre o corpus do estudo (Luciano *et al.*, 2020).

A pesquisa apresenta trechos de histórias ancestrais dos Povos Indígenas Baniwa. Ao mesmo tempo, os autores objetivaram registrar esses saberes orais para valorizar e realizar a manutenção da cultura indígena Baniwa. A fundamentação teórica do artigo teve base nos intelectuais Silva (1993); Coelho (2000); Abbagnano (2003); Luciano (2006).

Em primeiro lugar, ressalto que os autores preteriram o termo lenda para as histórias dos indígenas e consideraram nomeá-las histórias ancestrais, para assim, apresentar a literatura indígena dos Povos Baniwa com respeito. Nesse sentido, o estudo evidenciou que:

assim como outros povos indígenas, os Baniwa ainda têm a oralidade como base maior de comunicação. Nos primeiros anos de vida, a educação da criança baniwa é realizada pelos familiares na tradição oral em sua língua indígena, quando por meio de uma pedagogia própria, eles se utilizam de histórias ancestrais para ensinar os valores básicos da sociedade baniwa fortemente alicerçados na cosmovisão que dará sentido à existência do indivíduo no mundo. Nesse processo, há todo um contexto de valores sociais do Povo Baniwa, que é repassado tradicionalmente por meio da literatura oral. São ensinamentos ancestrais ainda não valorizados como deveriam ser pela instituição escolar como complemento aos métodos convencionais do sistema de ensino vigente (Luciano *et al.*, 2020, p. 2-3).

Portanto, as histórias ancestrais dos Povos Baniwa, que são transmitidas por gerações, os constituem como coletivo indígena, reiterando a significância de estarem em constante contato com suas cosmovisões, modo de ser e estar no mundo. Após a reflexão e discussão pretendida no estudo, os pesquisadores consideraram que as:

[...] histórias ancestrais que esse trabalho traz e que poderiam ser utilizadas nos mais diversos campos e segmentos institucionais, a fim de divulgar e preservar o valioso patrimônio cultural baniwa, reavivando, ao mesmo tempo, o respeito à identidade baniwa, ao transpassar a cosmovisão baniwa para o campo literário como ferramenta didática e pedagógica promovendo a visibilidade e a valorização da cultura oral dos Baniwa no processo de ensino-aprendizagem, tanto nas escolas indígenas como nas não indígenas (Luciano et al., 2020, p. 14).

A partir desse artigo sobre as histórias ancestrais, pode-se pensar em como as narrativas indígenas estão sendo apresentadas nas escolas não indígenas. É necessário que elas sejam vistas como documentos de patrimônio cultural voltado tanto para a valorização dos Direitos Humanos quanto dos Povos Indígenas e da sua tradição oral.

O artigo, “Literaturas indígenas, etnotexto y oralituras: um corpus en constante redefinição” (2020), de Camilo Alejandro Vargas-Pardo, foi publicado na revista *Caderno de Letras* (RS). O artigo é um estudo da tese de doutorado do pesquisador, intitulada “Poéticas que germinan entre la voz y la letra: itinerarios de la palabra a partir de las obras de Hugo Jamioy y Anastasia Candre” (2019). Teve como objetivo buscar expressões literárias para representar a literatura dos Povos Ancestrais.

O estudo foi fundamentado através das contribuições de: Hugo Niño, Nina de Friedemann, Miguel Rocha Vivas, Héctor Orjuela e Juan A. Vázquez, por meio dos conceitos de literatura indígena, etnotexto e oralitura.

Héctor Orjuela e Juan A. Vázquez concordam em chamar este conjunto de textos de “literaturas indígenas” a partir de uma concepção de literatura que dá destaque às fontes que passam pela escrita alfabética. Hugo Niño propõe o conceito de “etnotexto”, reivindicando as particularidades ético-estéticas da performance oral [...]. Miguel Rocha Vivas propõe a ideia de “oralitura”, destacando os autores que se identificam com as nações indígenas e criam propostas literárias a partir de seu legado cultural (Vargas-Pardo, 2020, p. 238, tradução nossa).ⁱⁱ

Durante a pesquisa, o autor descobriu que, no ano de 2010, a literatura dos Povos Indígenas ganhou maior visibilidade na Colômbia, conquistado espaço para difundir e compartilhar suas vozes com o povo da América Latina (Vargas-Pardo, 2020).

Segundo o Vargas-Pardo,

a tradição oral não está apagada em um passado desconhecido, mas, ao contrário, destaca-se por sua relevância no mundo contemporâneo, especialmente nas propostas estéticas de autores que defendem as conexões entre suas produções literárias e a oralidade de suas comunidades. Dessa forma, eles alertam sobre as possíveis continuidades da palavra e do pensamento ameríndio desde antes da chegada dos europeus até os dias atuais (Vargas-Pardo, 2020, p. 237, tradução nossa).ⁱⁱⁱ

Essa pesquisa realizada na Colômbia estimulou reflexões sobre novas nomenclaturas para a literatura dos Povos Indígenas, discussões que já vêm ocorrendo aqui no Brasil. Em outras palavras, apresentou teóricos que podem contribuir para essas discussões. Contribuições que enriquecem o campo indigenista, ampliando diferentes perspectivas de análises e valorizando o indígena como autor de sua própria História.

O artigo intitulado “Oralidad y escritura indígenas. Otros rumbos para su investigación” (2022), de Raúl Homero López Espinosa, foi publicado na revista *Liminar*, México. A partir de uma pesquisa bibliográfica, Espinosa reflete sobre a escrita *versus* oralidade, suas relações com a colonização europeia e novos termos para nomear a oralidade dos Povos Indígenas. Termos estes como oralitura, etnotexto e etnoliteratura, baseados nos seguintes teóricos: Álvarez; Amin; Barragán; Cornejo Polar; De Friedemann; Huamán; Niño; Said e Spivak.

O pesquisador apresenta a seguinte reflexão:

existem preconceitos que caracterizam as culturas indígenas como exclusivamente orais e desprovidas de escrita, o que as colocaria em desvantagem para a abstração e o estudo. Isso ocorre porque o único parâmetro de comparação é a escrita europeia (Espinosa, 2022, p. 3, tradução nossa).^{iv}

Durante o estudo, Espinosa reconhece alguns conflitos: a dificuldade em encontrar uma expressão para a narrativa indígena, bem como a inexistência de um método para analisá-las. Nesse sentido, após a discussão, o autor conclui que

Oralitura é um esforço para nomear a expressão artística da oralidade relacionada à escrita [...]. As características da oralitura, do etnotexto ou da etnoliteratura nos remetem ao debate pós-colonial e a um de seus problemas centrais: a subalternidade [...]. No entanto, a subalternização é quase invisível, ocorrendo ao falar pelos outros ou ao utilizar métodos repressores da heterogeneidade [...]. O debate não está encerrado, pois os neologismos e as ferramentas de análise estão em construção [...]. Se não soubermos precisamente como nomear a expressão artística oral, tampouco saberemos como estudá-la. (Espinosa, 2022, p. 11-12, tradução nossa)^v

Este estudo, com lócus no México, propõe uma reflexão sobre a expressão “literatura indígena”. A sociedade não indígena, letrada, denomina as histórias ancestrais dos Povos Originários como literatura indígena, para poder analisá-la ou realizar uma tentativa de aproximação cultural.

Assim, Espinosa evidencia a complexidade de nomear e de analisar as expressões que referem-se às histórias orais dos Povos Indígenas, destacando as perspectivas impostas pela cultura eurocêntrica. A problematização dos conceitos de oralitura, etnotexto e etnoliteratura revela a necessidade de novas abordagens teóricas que reconheçam a heterogeneidade dessas narrativas sem reduzi-las a categorias ocidentais. Dessa forma, a pesquisa abre caminhos para a valorização e compreensão das múltiplas formas de produções e de transmissões do conhecimento indígena.

O artigo, “Resistir na língua: a literatura indígena contra o silenciamento monolíngue” (2022), publicado na revista *Alea* (RJ), foi escrito por Ana Carolina Cernicchiaro. A partir de uma pesquisa bibliográfica, a pesquisadora propõe pensar como a literatura indígena, considerada devir menor da língua maior, resiste dentro de forças coloniais.

Segundo a autora,

para o Estado, não existem povos indígenas – menos ainda nações indígenas – porque no Brasil só existe uma nação, um povo: o Povo Brasileiro, falante de um único idioma: o português (Cernicchiaro, 2022, p. 207).

As discussões propostas pela pesquisadora foram analisadas a partir do conceito de necropolítica e biopolítica, respectivamente, dos intelectuais Achille Mbembe e Michel Foucault. Ademais, intelectuais como Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruna Franchetto, Lévi-Strauss, Lúcia Sá e Kaká Werá também auxiliaram na análise.

Ao longo da pesquisa, a autora pretere o monolinguismo e reitera a necessidade de línguas plurais, concluindo que:

as línguas silenciadas voltam a respirar com toda força no espaço literário e desviam a língua portuguesa de seus propósitos coloniais, desnaturalizando o monolinguismo, permitindo-nos ouvir vozes por tanto tempo sufocadas e lembrando-nos da pluralidade das histórias, das literaturas e dos povos brasileiros (Cernicchiaro, 2022, p. 216).

Dessa forma, o estudo de Cernicchiaro apresenta a Literatura Indígena como um espaço de resistência ao monolinguismo imposto pelos ideais do colonialismo. Ao propor a valorização das línguas plurais, a autora reforça a potência da literatura como meio de reexistência dos Povos Indígenas. Logo, a pesquisa contribui para a reflexão sobre a pluralidade linguística e cultural do Brasil, questionando a imposição de uma única língua como forma de dominação.

Considerações finais

Durante a análise dos artigos que compõem esse estudo, percebeu-se que eles apresentam pontos em comum, mas também divergentes. Como exemplo de divergências tem-se o desacordo em relação ao termo “ágrafo”. Para alguns teóricos, chamar os Povos Indígenas de ágrafos é adjetivá-los de forma pejorativa e inferiorizar sua cultura ancestral. Entretanto, para outros pesquisadores, nomear os Povos Indígenas de ágrafos significa dizer que a oralidade destes povos é anterior à escrita, não observando nenhum sentimento de inferioridade nesse pensamento.

Como ponto convergente, para os autores, a literatura indígena resiste e existe mesmo tendo sofrido ataques de apagamento. Da mesma maneira, todos os estudos acenam para a valorização da oralidade dos indígenas e seus saberes milenares transmitidos por meio das gerações, de pai para filho. Sendo assim, a oralidade se torna um guia para manutenção da cultura originária.

Outro fato interessante a ressaltar é que apenas dois autores dos artigos selecionados possuem ancestralidade indígena: Edson Dorneles de Andrade/Edson Krenak e Ivânia dos Santos Neves. Isso evidencia a falta de protagonismo dos Povos Indígenas nas pesquisas sobre eles mesmos.

Nesse sentido, percebe-se que, apesar dos avanços na valorização de Histórias Indígena e da oralidade ancestral, ainda há desafios significativos a serem superados. O debate sobre a terminologia e sobre a ausência de maior protagonismo dos próprios Povos Indígenas nas pesquisas evidenciam a necessidade de um olhar mais inclusivo e representativo. Assim, a construção de um espaço acadêmico que reconheça e respeite as múltiplas vozes indígenas, promovendo sua participação, é essencial para ampliar o entendimento sobre suas narrativas, línguas e saberes.

De um modo geral, é necessário apontar a existência de um avanço quantitativo e qualitativo no que se refere à visibilidade dos Povos Indígenas, como as legislações, as

pesquisas indigenistas e os próprios autores originários que protagonizam as suas Histórias; entretanto, destaca-se a dificuldade em encontrar estudos sobre o tema, já que o desenvolvimento da escrita do indígena em língua portuguesa pode ser considerado recente no Brasil. Dessa forma, mais do que estudar os Povos Indígenas, é preciso ouvi-los. A valorização de suas narrativas orais não deve ser apenas um objeto de pesquisa, mas um compromisso ético e epistemológico para garantir que suas vozes sejam não apenas registradas, mas também respeitadas e reconhecidas como parte essencial do conhecimento acadêmico e cultural.

Referências

ALBUQUERQUE, Gabriel; GARNELO, Luiza. Entre mundos: homens, serpentes e peixes em dois mitos Baniwa. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 129-147, jan./abr. 2018.

ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei 11.645/2008. **CEDES**, Campinas, v. 39, n. 109, p. 321-356, set./dez. 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Resolução nº 217, de 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CERNICCHIARO, Ana Carolina. Resistir na língua: a literatura indígena contra o silenciamento monolíngue. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 203-218, jan./abr. 2022.

ESPINOSA, Raúl Homero López. Oralidad y escritura indígenas. Otros rumbos para su investigación. **Liminar**, México, v. 20, jan./jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A Terra dos Mil Povos**: História indígena do Brasil contada por um índio. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas. et al. A literatura do Povo Baniwa na tradição oral. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 14, jan./dez. 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do Tempo Espiral**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

NEVES, Ivânia dos Santos. As histórias de Murué Suruí e Kudã'í Tembê: traduções e temporalidades. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 149-175, jan./abr. 2018.

REZENDE, Patrick. Para além do oral e do escrito: o caso das reescritas Koitiria. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 39, p. 148-170, set./dez. 2019.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A minoridade literária em Olívio Jekupé. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 53, p. 305-327, jan./abr. 2018.

VARGAS-PARDO, Camilo Alejandro. Literaturas indígenas, etnotexto y oralituras: um corpus en constante redefinição. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 36, jan./abr. 2020.

Notas

ⁱ De cunho político e epistemológico, aqui será utilizado História com "H" maiúsculo para reafirmar que as narrativas indígenas são tão legítimas quanto a história oficial, rompendo com a visão eurocêntrica. Isso reconhece seus conhecimentos, memórias e temporalidades como parte fundamental da História.

ⁱⁱ Héctor Orjuela y Juan A. Vázquez coinciden en denominar este corpus como “literaturas indígenas” desde una concepción de literatura que privilegia aquellas fuentes que pasan por la escritura alfabética. Hugo Niño propone el concepto de “etnotexto” reivindicando las particularidades ético-estéticas de la performance oral [...]. Miguel Rocha Vivas propone la noción de “oralitura” poniendo énfasis en los autores que se identifican con naciones indígenas y crean propuestas literarias a partir de su legado cultural.

ⁱⁱⁱ La tradición oral no está desdibujada en un pasado incógnito sino que, al contrario, se repara en su vigencia en el mundo contemporáneo y, en especial, en las apuestas estéticas de autores que reivindican los vínculos entre sus producciones literarias y la oralidad de sus pueblos, advirtiendo, de este modo, sobre las posibles continuidades de la palabra y el pensamiento amerindio desde antes de la llegada de los europeos hasta ahora.

^{iv} Hay prejuicios que caracterizan a las culturas indígenas como exclusivamente orales y carentes de escritura, por lo que estarían imposibilitadas para la abstracción y el estudio. Es así porque el parámetro único de comparación es la escritura europea.

^v Oralitura es un esfuerzo por nombrar la expresión artística de la oralidad relacionada con la escritura [...]. Los rasgos de la oralitura, el etnotexto o la etnoliteratura nos recuerdan el debate poscolonial y uno de sus problemas centrales: la subalternidad [...]. Sin embargo, la subalternización es casi invisible, ocurre al hablar por los otros o al usar los métodos represores de la heterogeneidad [...]. El debate no está cerrado porque los neologismos y las herramientas de análisis están en Construcción [...]. Si no sabemos con precisión cómo nombrar la expresión artística oral, tampoco cómo estudiarla. Necesitamos abrirnos a la interacción entre disciplinas.

Sobre as autoras

Bárbara Freitas do Nascimento

Acadêmica do curso Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (PPGED-MP/Uergs). Graduada em Pedagogia/Uergs. Especialista em Orientação: Teoria e Prática UCS/2024. Membro dos grupos de pesquisa: Educação, Diversidade Étnico-racial e Direitos Humanos vinculado ao CNPq/Uergs; Teoria e Prática da Formação do Leitor CNPq/Uergs. Membro da Rede Estadual de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH-RS).

E-mail: barbara-nascimento@uergs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9724-4465>

Ana Maria Bueno Accorsi

Doutora em Teoria da Literatura, Licenciada em Letras: Português e Inglês e respectivas literaturas. Lider do grupo de pesquisa Teoria e Prática da Formação do Leitor. Professora Adjunta no Curso de Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

E-mail: ana-accorsi@uergs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8223-4710>

Recebido em: 10/02/2025

Aceito para publicação em: 24/03/2025